



RECUPERAR PORTUGAL

1º Pedido de Pagamento à Comissão Europeia
25 janeiro 2022



REPÚBLICA
PORTUGUESA

PLANEAMENTO



PRR
Plano de Recuperação
e Resiliência



Financiado pela
União Europeia
NextGenerationEU

Condições Verificadas para a Submissão do 1.º Pedido de Pagamento

1

Cumprimento integral dos marcos e metas associados ao 1.º Pedido de Pagamento

2

Assinatura do Acordo Operacional (AO), celebrado a 18 de janeiro de 2022

3

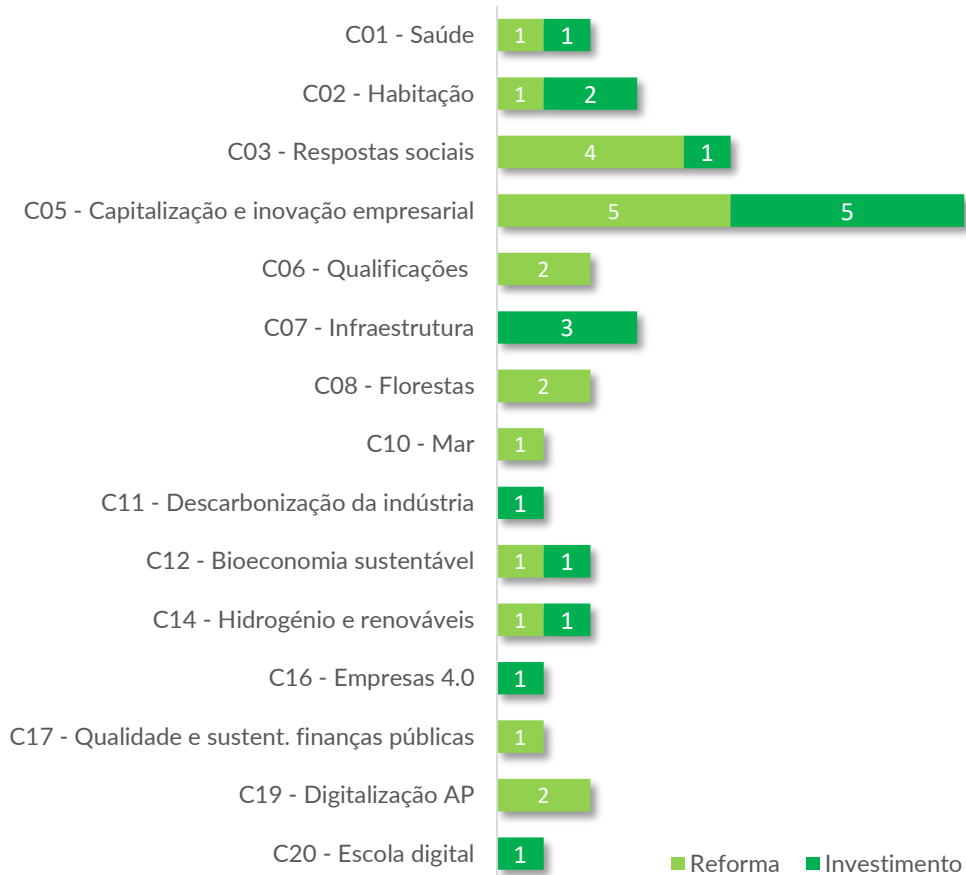
Auditoria da Inspeção-Geral de Finanças ao sistema de gestão e controlo e parecer prévio da Comissão de Auditoria e Controlo

4

Declaração de gestão da Estrutura de Missão Recuperar Portugal, conforme alínea c) do nº 2 do art.º 22 do Regulamento MRR

Indicadores do 1º Pedido de Pagamento

Nº de indicadores por Componente do PRR



38 Marcos e Metas

21 indicadores associados a Reformas











17 indicadores associados a Investimentos



1.336 M€ (*)

1º Pedido de Pagamento do PRR

(*) A este montante será deduzido 13% correspondente ao adiantamento já recebido, sendo o desembolso máximo a receber com este pedido, em termos líquidos, de 1.162 M€ (553 M€ de subvenções não reembolsáveis e 609 M€ de empréstimos)

<p>C01. Serviço Nacional de Saúde</p> 	<ul style="list-style-type: none"> • Reforma da Saúde Mental 	<p>C08. Florestas</p> 	<ul style="list-style-type: none"> • Arrendamento Forçado de Prédios Rústicos em Áreas Florestais • Sistema de Gestão de Informação de Incêndios Florestais (SGIFR)
<p>C02. Habitação</p> 	<ul style="list-style-type: none"> • Plano Nacional de Alojamento Urgente e Temporário 	<p>C10. Mar</p> 	<ul style="list-style-type: none"> • Financiamento à Economia do Mar e Inovação através do Fundo Azul (reforço da capacidade)
<p>C03. Respostas Sociais</p> 	<ul style="list-style-type: none"> • Estratégia Nacional de Combate à Pobreza • Estratégia Nacional para Inclusão das Pessoas com Deficiência 2021-2025 • Reforma de Provisão de Equipamentos e Respostas Sociais • Planos de Ação das Comunidades Desfavorecidas das Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto 	<p>C12. Bioeconomia Sustentável</p> 	<ul style="list-style-type: none"> • Regime Geral de Gestão de Resíduos
<p>C05. Capitalização e Inovação Empresarial</p> 	<ul style="list-style-type: none"> • Promoção da I&D&I e do investimento inovador nas empresas • Alargamento da Rede de Laboratórios Colaborativos Reconhecidos • Novo Regime Jurídico dos Centros de Tecnologia e Inovação • Agenda de investigação e inovação para a sustentabilidade da agricultura, alimentação e agroindústria • Criação e desenvolvimento do Banco Português de Fomento 	<p>C14. Hidrogénio e Renováveis</p> 	<ul style="list-style-type: none"> • Regulamentos da Rede Nacional de Transporte e de Distribuição de Gás
<p>C06. Qualificações e Competências</p> 	<ul style="list-style-type: none"> • Concursos especiais de admissão ao Ensino Superior para titulares de curso de dupla certificação • Novo Quadro Legal para Cooperação entre Empresas e Instituições de Ensino Superior e a Administração Pública 	<p>C17. Qualidade e Sustentabilidade Finanças Públicas</p> 	<ul style="list-style-type: none"> • Novo Modelo de Contrato de Gestão com Sistema de Incentivos e Penalizações na Gestão das Empresas Públicas
		<p>C19. Administração Pública Mais Eficiente</p> 	<ul style="list-style-type: none"> • Quadro jurídico para a Transformação Digital da Administração Pública • Criação do Instituto Nacional de Administração, I.P.

<p>C01. Serviço Nacional de Saúde</p> 	<ul style="list-style-type: none"> • Sistema de classificação dos utentes para o modelo regional de cuidados continuados integrados da Madeira 	<p>C07. Infraestruturas</p> 	<ul style="list-style-type: none"> • Áreas de Acolhimento Empresarial para melhorar sustentabilidade ambiental e digitalização • Contrato para 1 projeto rodoviários no Continente • Contratos para 2 projetos rodoviários nos Açores
<p>C02. Habitação</p> 	<ul style="list-style-type: none"> • 24 novas construções no Parque Habit. Social dos Açores • 40 renovações no Parque Habit. Social dos Açores 	<p>C11. Descarbonização da Indústria</p> 	<ul style="list-style-type: none"> • Concurso para Projetos de Descarbonização Industrial
<p>C03. Respostas Sociais</p> 	<ul style="list-style-type: none"> • Concurso para plataforma de informação digital para pessoas com deficiência 	<p>C12. Bioeconomia Sustentável</p> 	<ul style="list-style-type: none"> • Protocolo 2021 do Programa “Resineiros Vigilantes”
<p>C05. Capitalização e Inovação Empresarial</p> 	<ul style="list-style-type: none"> • Avisos para Projetos de Investigação e Inovação direcionados para a Adaptação e Mitigação das Alterações Climáticas • Criação do Fundo de Capitalização do Banco Português de Fomento • Definição de Política de Investimento do Banco Português de Fomento • Criação do Instrumento de Recapitalização das empresas dos Açores • Criação e definição de Política de Investimento das empresas dos Açores 	<p>C14. Hidrogénio e Renováveis</p> 	<ul style="list-style-type: none"> • Concurso para Projetos de Produção de Gases Renováveis
		<p>C16. Empresas 4.0</p> 	<ul style="list-style-type: none"> • Seleccionados 17 Digital Innovation Hubs (DIH)
		<p>C20. Escola Digital</p> 	<ul style="list-style-type: none"> • Contratada aquisição de 600.000 computadores individuais para alunos e professores

Indicadores por áreas de intervenção

Resiliência



15
Reformas

12
Investimentos

Transição Climática



3
Reformas

3
Investimentos

Transição Digital



3
Reformas

2
Investimentos



COMPONENTE 01 SERVIÇO NACIONAL DE SAÚDE

R02 - REFORMA DA SAÚDE MENTAL

Estabelece os princípios orientadores da organização, gestão e avaliação dos serviços de saúde mental, reforçando a adoção de diretrizes de entidades internacionais relevantes, promovendo a abordagem comunitária, a participação de utilizadores e famílias e a modernização dos modelos de gestão.

Decreto-Lei n.º 113/2021, de 14 de dezembro

COMPONENTE 01 SERVIÇO NACIONAL DE SAÚDE

I05-FORTALECIMENTO DO SERVIÇO REGIONAL DE SAÚDE DA RAM

Implantação do sistema de classificação, do perfil funcional e do sistema de referenciação dos utentes para o modelo regional de cuidados continuados integrados da Madeira.

COMPONENTE 02 HABITAÇÃO

R04 - PLANO NACIONAL DE ALOJAMENTO URGENTE E TEMPÓRARIO

Cria uma resposta estruturada e transversal para a disponibilização de soluções de alojamento, de emergência ou de transição, destinadas a pessoas que se encontram em situação de risco e vulnerabilidade, tendo em vista a sua proteção e autonomização, a garantia de uma adequada proteção e inclusão social e ainda o combate às desigualdades.

Decreto-Lei n.º 26/2021, de 31 de março

COMPONENTE 02 HABITAÇÃO

I04-AUMENTAR AS CONDIÇÕES HABITACIONAIS DO PARQUE HABITACIONAL DA RAA

Construção de 24 novas habitações no município da Praia da Vitória, na ilha Terceira.



COMPONENTE 02 HABITAÇÃO

I04-AUMENTAR AS CONDIÇÕES HABITACIONAIS DO PARQUE HABITACIONAL DA RAA

Renovação de 40 habitações na ilha de São Miguel:

- 4 em Lagoa
- 14 em Ponta Delgada
- 22 em Nordeste

COMPONENTE 03 RESPOSTAS SOCIAIS

R05 - REFORMA DA PROVISÃO DE EQUIPAMENTOS E RESPOSTAS SOCIAIS

Dinamização do investimento no alargamento, inovação e na requalificação dos estabelecimentos de apoio social através da simplificação do processo de licenciamento destes equipamentos, concretizando a medida do programa Simplex 2021 «Simplificação dos requisitos de funcionamento das respostas sociais».

Decreto-Lei n.º 126-A/2021, de 31 de dezembro

COMPONENTE 03 RESPOSTAS SOCIAIS

R06 - ESTRATÉGIA NACIONAL PARA A INCLUSÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA 2021-2025

Aprovação da Estratégia Nacional para a Inclusão de Pessoas com Deficiência 2021-2025, que prevê a implementação de um novo sistema de avaliação e certificação de deficiências, a organização da informação relacionada com a deficiência, a qualificação de intervenções em espaços públicos e a integração da “inclusão de pessoas com deficiência” em decisões, medidas, programas e projetos.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 119/2021

COMPONENTE 03 RESPOSTAS SOCIAIS

R07 - CONTRATUALIZAÇÃO DE PROGRAMAS INTEGRADOS DE APOIO ÀS COMUNIDADES DESFAVORECIDAS NAS ÁREAS METROPOLITANAS

Elaboração de Planos de Ação visando as comunidades desfavorecidas nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto, atuando sobre múltiplas vulnerabilidades, numa lógica multissetorial de base local para uma resposta mais robusta, concertada e simultânea, assumindo novas valências e regenerando espaço público e equipamentos coletivos.



COMPONENTE 03 RESPOSTAS SOCIAIS

R08 - ESTRATÉGIA NACIONAL DE COMBATE À POBREZA

Elaboração da Estratégia Nacional de Combate à Pobreza que fornece o quadro, num horizonte temporal de 10 anos, para intervenções temáticas destinadas a grupos específicos, desde a infância à velhice, incluindo os grupos mais vulneráveis, estabelecendo as condições para o desenvolvimento de políticas integradas focalizadas nas especificidades da exclusão social e da pobreza a nível local.

**Resolução do Conselho de Ministros
n.º 184/2021**

COMPONENTE 03 RESPOSTAS SOCIAIS

I05-PLATAFORMA +ACESSO

Publicação do concurso para criação de uma plataforma de informação digital para pessoas com deficiência que permita: aceder a informação sobre a acessibilidade dos serviços públicos com base em dados georreferenciados; disponibilizar sistemas de geolocalização no interior de edifícios de serviços públicos, de forma a tornar a circulação acessível de cidadãos com incapacidade; disponibilizar informação georreferenciada de lugares de estacionamento para cidadãos com deficiência, permitindo o acesso, em tempo real, à sua disponibilidade.

COMPONENTE 05 INVESTIMENTO E INOVAÇÃO

R09 - PROMOÇÃO DA I&I&D E DO INVESTIMENTO INOVADOR NAS EMPRESAS

Resolução que visa a programação, a longo prazo, do investimento público em investigação e desenvolvimento, nos termos de referência europeus e em articulação com a reforma e modernização dos mecanismos de apoio à procura e à oferta de conhecimento através de atividades de I&D, orientada estrategicamente para uma despesa total em I&D que atinja 3% do PIB em 2030.

**Resolução do Conselho de Ministros
n.º 186/2021**

COMPONENTE 05 INVESTIMENTO E INOVAÇÃO

R11 - ALARGAMENTO E CONSOLIDAÇÃO DA REDE DE INSTITUIÇÕES DE INTERFACE

Estabelece o regime jurídico dos centros de tecnologia e inovação (CTI), regulando designadamente o seu processo de reconhecimento, os princípios gerais da sua atividade, os métodos de avaliação e o modelo de financiamento.

**Decreto-Lei n.º 126-B/2021, de 31
de dezembro**



COMPONENTE 05 INVESTIMENTO E INOVAÇÃO

R11 - ALARGAMENTO E CONSOLIDAÇÃO DA REDE DE INSTITUIÇÕES DE INTERFACE

Acelerar a transformação estrutural da economia através do reconhecimento e da atribuição da categoria de Laboratório Colaborativo a novos laboratórios, assegurando a diversificação, a densificação e a consolidação da rede de instituições de interface, visando a criação de valor social e económico através do emprego qualificado.

Lista final do concurso homologada

COMPONENTE 05 INVESTIMENTO E INOVAÇÃO

R12 - AGENDA DE INVESTIGAÇÃO E INOVAÇÃO PARA A SUSTENTABILIDADE DA AGRICULTURA, ALIMENTAÇÃO E AGROINDÚSTRIA

Aprovação da Agenda de Inovação para a Agricultura 2020-2030, que pretende contribuir para uma resposta ágil e adequada aos vários desafios do setor agroalimentar, promovendo o seu crescimento e inovação para a próxima geração.

**Resolução do Conselho de Ministros
n.º 86/2020**

COMPONENTE 05 INVESTIMENTO E INOVAÇÃO

I03- AGENDA DE INVESTIGAÇÃO E INOVAÇÃO PARA A SUSTENTABILIDADE DA AGRICULTURA, ALIMENTAÇÃO E AGROINDÚSTRIA

Lançamento de concurso para apoiar projetos inovadores para a produção sustentável, assente diretamente na I&DI, como forma de alterar o perfil da economia, combinando, de uma forma mais direta, o conhecimento, a transferência de tecnologia e a inovação no setor e nas zonas rurais.

COMPONENTE 05 INVESTIMENTO E INOVAÇÃO

R10 - CRIAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO BANCO PORTUGUÊS DE FOMENTO

Criação do Banco Português de Fomento, apoiando o desenvolvimento da economia e das empresas, colmatando as falhas de mercado no acesso ao financiamento, conferindo capacidade financeira e acelerando as várias fontes de financiamento dedicadas a projetos de neutralidade carbónica e de economia circular.

**Decreto-Lei n.º 63/2020, de 7 de
setembro**



COMPONENTE 05 INVESTIMENTO E INOVAÇÃO

I06-CAPITALIZAÇÃO DE EMPRESAS
E RESILIÊNCIA FINANCEIRA /
BANCO PORTUGUÊS DE FOMENTO

Criação de um Fundo de Capitalização e Resiliência, visando o fortalecimento e a recuperação ágil e eficaz da solvência das empresas (maioritariamente, Pequenas e Médias Empresas) que, sendo viáveis a médio e longo prazo, veem os seus balanços e os mercados em que atuam afetados pelos efeitos da pandemia de COVID-19.

Decreto-Lei n.º 63/2021, de 28 de julho

COMPONENTE 05 INVESTIMENTO E INOVAÇÃO

I06-CAPITALIZAÇÃO DE EMPRESAS
E RESILIÊNCIA FINANCEIRA /
BANCO PORTUGUÊS DE FOMENTO

Definição da política de investimento, incluindo critérios de elegibilidade e de seleção das empresas beneficiárias, designadamente os critérios de interesse estratégico, a rentabilidade, o risco e o impacto no desenvolvimento sustentável, utilizados pelo Fundo para tomar decisões de investimento.

COMPONENTE 05 INVESTIMENTO E INOVAÇÃO

I04-RAA RECAPITALIZAR SISTEMA
EMPRESARIAL DOS AÇORES

Criação de um fundo de capital, ou quase capital, público denominado por “Fundo de Capitalização das Empresas” pelo Governo da Região Autónoma dos Açores.

COMPONENTE 05 INVESTIMENTO E INOVAÇÃO

I04-RAA RECAPITALIZAR SISTEMA
EMPRESARIAL DOS AÇORES

Definição da política de investimento do instrumento de recapitalização das empresas dos Açores, incluindo critérios de elegibilidade e de seleção das empresas beneficiárias.



COMPONENTE 06 QUALIFICAÇÕES E COMPETÊNCIAS

R15 - REFORMA DA COOP. ENTRE
ENSINO SUP. E ADMINISTRAÇÃO
PÚBLICA E EMPRESAS

Adequa e moderniza o regime de incentivos à cooperação das instituições de Ensino Superior com a Administração Pública e as empresas e apoio à diversificação da oferta formativa e da aprendizagem ao longo da vida.

Decreto-Lei n.º 27/2021, de 16 de abril

COMPONENTE 06 QUALIFICAÇÕES E COMPETÊNCIAS

R15 - REFORMA DA COOP. ENTRE
ENSINO SUP. E ADMINISTRAÇÃO
PÚBLICA E EMPRESAS

Cria os concursos especiais de ingresso no Ensino Superior para titulares dos cursos de dupla certificação do ensino secundário e cursos artísticos especializados.

Decreto-Lei n.º 11/2020, de 2 de abril

COMPONENTE 07 INFRAESTRUTURAS

I01-ÁREAS DE ACOLHIMENTO
EMPRESARIAL (AAE)

Seleção de 10 áreas de acolhimento empresarial para intervenções destinadas a melhorar a sustentabilidade ambiental e a digitalização, localizadas nos municípios de Águeda, Beja, Campo Maior, Chaves, Guarda, Melgaço, Lagos, Oliveira do Hospital, Vila Real e Rio Maior.

COMPONENTE 07 INFRAESTRUTURAS

I02-MISSING LINKS E AUMENTO
CAPACIDADE DA REDE

Contratação de um projeto rodoviário EN14. Maia (Via Diagonal) / Interface Rodoferroviário da Trofa



COMPONENTE 07 INFRAESTRUTURAS

I02- MISSING LINKS E AUMENTO CAPACIDADE DA REDE

Contratação de dois projetos
rodoviários nos Açores:

Variante a Furnas
Variante a S. Roque

COMPONENTE 08 FLORESTA

R19 - TRANSFORMAÇÃO DA PAISAGEM DOS TERRITÓRIOS DE FLORESTA VULNERÁVEIS

Publicação do regime jurídico do
arrendamento forçado de prédios
rústicos que estejam implementados
em áreas de operação integrada de
gestão da paisagem, em situações de
inércia dos proprietários.

Decreto-Lei n.º 52/2021, de 15 de
junho

COMPONENTE 08 FLORESTA

R21 - PREVENÇÃO E COMBATE DE FOGOS RURAIS

Aprova alterações estruturais ao
sistema de prevenção e combate a
incêndios florestais, estabelecendo o
Sistema de Gestão Integrada de
Fogos Rurais (SGIFR) e as respetivas
regras de funcionamento.

Decreto-Lei n.º 82/2021, de 13 de
outubro



COMPONENTE 10 MAR

R23 - REFORMA DO ECOSISTEMA DE INFRAEST. DE SUPORTE À ECONOMIA AZUL

Altera o quadro jurídico do Fundo Azul no sentido de reforçar e agilizar a capacidade de financiamento à economia do mar e à inovação

Decreto-Lei n.º 123/2021, de 30 de dezembro

Adequa a Estratégia para o Aumento da Competitividade da Rede de Portos Comerciais do Continente aos setores da bioeconomia azul.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 182/2021

Cria o modelo de governação do «Hub Azul, Rede de Infraestruturas para a Economia Azul»

Despacho n.º 12495/2021

COMPONENTE 11 DESCARBONIZAÇÃO DA INDÚSTRIA

I01-DESCARBONIZAÇÃO DA INDÚSTRIA

Lançado concurso para apoiar a elaboração ou atualização relevante de Roteiros Setoriais para a Neutralidade Carbónica que permitam identificar as soluções tecnológicas e as alterações de processos mais inovadoras.

COMPONENTE 12 BIOECONOMIA

R25 - BIOECONOMIA SUSTENTÁVEL

Aprova o regime geral da gestão de resíduos e o regime jurídico da deposição de resíduos em aterro e altera o regime de gestão de fluxos específicos de resíduos, com o objetivo de promover e dar especial ênfase às abordagens circulares, tendo em vista a redução da produção de resíduos.

Decreto-Lei n.º 102-D/2020, de 10 de dezembro



COMPONENTE 12 BIOECONOMIA

I01-BIOECONOMIA

Criação do Programa de “Resineiros Vigilantes”, que conta já com a adesão de 88 profissionais para apoio à vigilância e deteção de fogos rurais.

COMPONENTE 14 HIDROGÉNIO E RENOVÁVEIS

R29 - ESTRATÉGIA NACIONAL PARA O HIDROGÉNIO

Aprova os regulamentos que permitem criar condições de ligação a infraestruturas de transporte de gás, em especial para a injeção de gases de origem renovável, incluindo o hidrogénio verde, fixando-se as suas percentagens mínimas e máximas de injeção.

COMPONENTE 14 HIDROGÉNIO E RENOVÁVEIS

I01-HIDROGÉNIO E GASES RENOVÁVEIS

Aberto concurso para concessão de apoio a projetos industriais de produção de hidrogénio renovável e outros gases renováveis.



COMPONENTE 16 EMPRESAS 4.0

I03-CATALISAÇÃO DA TRANSIÇÃO DIGITAL DAS EMPRESAS

Selecionados 17 consórcios de Digital Innovation Hubs (DIH), permitindo alargar a rede de apoio a empresas, tendo presente as necessidades específicas setoriais e fomentando o desenvolvimento de uma cultura colaborativa, promovendo a inovação aberta e o desenvolvimento de competências.

COMPONENTE 17 QUALIDADE E SUST. GESTÃO FINANC. ESTADO

R32-MODERNIZAÇÃO E SIMPLIF. GESTÃO FIN. PÚBLICA

Estabelece condições rigorosas, exigentes e transparentes para a composição, determinação e atribuição aos gestores públicos da parcela da remuneração variável associada ao reconhecimento e incentivo da boa gestão das empresas públicas, tendo adicionalmente sido estabelecida a minuta do contrato de gestão.

Portaria n.º 317-A/2021, de 23 de dezembro

COMPONENTE 19 ADMINIST. PÚBLICA DIGITAL

R34 - SERVIÇOS PÚBLICOS DIGITAIS, SIMPLES, INCLUSIVOS E SEGUROS PARA OS CIDADÃOS E PARA AS EMPRESAS

Adoção da Estratégia para a Transformação Digital da Administração Pública 2021-2026 e o respetivo Plano de Ação Transversal para a legislatura.

**Resolução do Conselho de Ministros
n.º 131/2021**

Regulamenta o Regime Jurídico da Segurança do Ciberespaço e as obrigações em matéria de certificação da cibersegurança.

Decreto-Lei n.º 65/2021, de 30 de julho



COMPONENTE 19 ADMINIST. PÚBLICA DIGITAL

R36 - ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA CAPACITADA PARA A CRIAÇÃO DE VALOR PÚBLICO

Criação do Instituto Nacional de Administração, I.P., visando a alteração do modelo de ensino e formação da Administração Pública, com o objetivo de reforçar a qualificação, formação e capacitação dos seus trabalhadores, extinguindo a Direção-Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas.

Decreto-Lei n.º 19/2021, de 15 de março

COMPONENTE 20 ESCOLA DIGITAL

I01-TRANSIÇÃO DIGITAL NA EDUCAÇÃO

Assinados contratos para aquisição de 600.000 computadores individuais para uso em ambiente escolar e extraescolar, destinados a alunos do ensino básico e secundário - com prioridade aos alunos beneficiários da Ação Social Escolar - e a professores. Esta aquisição contribui para a inovação educativa e pedagógica através da aquisição e desenvolvimento de competências em tecnologias digitais, da sua integração transversal nas diferentes áreas curriculares e da modernização do sistema educativo português.



RECUPERAR PORTUGAL

1º Pedido de Pagamento à Comissão Europeia
25 janeiro 2022



REPÚBLICA
PORTUGUESA

PLANEAMENTO



PRR
Plano de Recuperação
e Resiliência



Financiado pela
União Europeia
NextGenerationEU